



CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU  
ESTADO DO PARANÁ

RUA BERNARDINO BOGO, 100 - CONDOMÍNIO GALERIA ITÁLIA CEP 87160-000  
FONE (44) 3245-1545 CNPJ 77.643.443/0001-25

[www.cmmandaguacu.pr.gov.br](http://www.cmmandaguacu.pr.gov.br)

[contato@cmmandaguacu.pr.gov.br](mailto:contato@cmmandaguacu.pr.gov.br)

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO**

---

**PARECER N° 22/2022**

**I. Exposição da Matéria:**

Trata-se de Projeto de Lei nº 014/2022, de autoria do Poder Executivo Municipal, cuja ementa *“Regulamenta, no âmbito do Município de Mandaguáçu, o §19 do art. 85 da Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para disciplinar o pagamento de honorários de sucumbência devidos aos advogados públicos e procuradores do Município nas ações judiciais em que for parte a Fazenda Pública do Município, suas autarquias e fundações, e dá outras providências.”*

**II. Voto do Relator:**

De acordo com a regra contida no art. 50 do Regimento Interno desta Casa, compete a esta Comissão manifestar-se sobre o aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de todos os projetos de lei, para efeito de admissibilidade e tramitação.

É precisamente o que se propõe.

Em data de 14/03/2022 o Projeto de Lei nº 014/2022 foi lido em plenário e encaminhado a esta Comissão para a emissão de parecer quanto à sua admissibilidade e tramitação.

Durante a análise do projeto, surgiram dúvidas quanto à abrangência e literalidade de alguns dispositivos, razão pela qual esta Comissão



**CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU**  
**ESTADO DO PARANÁ**

RUA BERNARDINO BOGO, 100 - CONDOMÍNIO GALERIA ITÁLIA CEP 87160-000  
FONE (44) 3245-1545 CNPJ 77.643.443/0001-25  
[www.cmmandaguacu.pr.gov.br](http://www.cmmandaguacu.pr.gov.br) [contato@cmmandaguacu.pr.gov.br](mailto:contato@cmmandaguacu.pr.gov.br)

deliberou pelo envio de requerimento ao Poder Executivo solicitando esclarecimentos.

Relativamente ao §1º do art. 2º da proposição, questionou-se o significado e extensão do termo “estejam em andamento ou não”. A dúvida pairava sobre a intenção de abarcar ações sentenciadas e já transitadas em julgado antes do início da vigência da lei, ou tão somente aquelas já em trâmite e, eventualmente suspensas. Em resposta, o Executivo esclareceu que o intuito era, de fato, abarcar ações temporariamente suspensas.

Em continuidade, questionou-se a possibilidade de inserir os advogados públicos e procuradores vinculados à Prefeitura, na partilha dos honorários sucumbenciais oriundos de ações nas quais fossem parte entes da Administração Indireta Municipal, distintos, portanto, do ente em que estão lotados os procuradores.

O Poder Executivo informou que até a efetiva estruturação do quadro de servidores de cada ente da Administração Indireta, os advogados públicos e procuradores vinculados à Prefeitura que atuarem precariamente em sua defesa, fariam jus à percepção de honorários.

Por conseguinte, uma vez preenchidos os cargos de advogado ou procurador em cada ente da Administração Indireta, como é o caso do Fundo de Previdência, seriam estes servidores que fariam jus aos honorários.

Quanto ao mais, trata-se de Projeto de Lei Complementar que objetiva regulamentar o §19 do art. 85, da Lei Federal nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil), e assim disciplinar o pagamento de honorários sucumbenciais aos advogados públicos e procuradores municipais.

Relativamente à competência, observa-se que nos termos do art. 61, inciso II, alíneas ‘a’ e ‘c’, da Constituição Federal, incumbe privativamente



CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU  
ESTADO DO PARANÁ

RUA BERNARDINO BOGO, 100 - CONDOMÍNIO GALERIA ITÁLIA CEP 87160-000  
FONE (44) 3245-1545 CNPJ 77.643.443/0001-25

[www.cmmandaguacu.pr.gov.br](http://www.cmmandaguacu.pr.gov.br)

[contato@cmmandaguacu.pr.gov.br](mailto:contato@cmmandaguacu.pr.gov.br)

ao Chefe do Poder Executivo Federal a iniciativa de leis que versem sobre criação de cargos, funções e empregos públicos em âmbito federal, bem como sobre aumento de remuneração e seu regime jurídico.

Por simetria, e consoante o disposto no art. 33, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, compete ao Prefeito a iniciativa de Leis que *“disponham sobre a criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e indireta, fixação e aumento de sua remuneração”*. Logo, não se vislumbra vício de competência na proposição.

Outrossim, é de se notar que a matéria em debate já está prevista no Estatuto da OAB (Lei nº 8.906/94) e no Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), o qual previu a percepção dos honorários sucumbenciais, que dependeriam apenas da existência de lei municipal para seu efetivo recebimento.

Isso porque os honorários sucumbenciais constituem direito do advogado, consoante o previsto no art. 23 do Estatuto da OAB, e possuem natureza alimentar, nos termos do art. 85, §4º, do CPC.

Impende consignar, ainda, que a verba honorária de sucumbência não implicará qualquer aumento de despesa para a Administração Municipal nem onerará o orçamento, visto que o pagamento provém da parte que litiga contra a Fazenda Pública, não se tratando, portanto, de verba pública.

Nessa quadra, havendo permissivo legal para a concessão dos honorários, e considerando tratar-se de direito do profissional, não se vislumbra razões de ordem constitucional, jurídica ou de técnica legislativa para o não seguimento e aprovação do projeto.

Dito isto, manifesto-me favorável ao trâmite e aprovação deste projeto de lei, mediante as seguintes emendas:





**CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU  
ESTADO DO PARANÁ**

RUA BERNARDINO BOGO, 100 - CONDOMÍNIO GALERIA ITÁLIA CEP 87160-000  
FONE (44) 3245-1545 CNPJ 77.643.443/0001-25

[www.cmmandaguacu.pr.gov.br](http://www.cmmandaguacu.pr.gov.br)

[contato@cmmandaguacu.pr.gov.br](mailto:contato@cmmandaguacu.pr.gov.br)

**1. Emenda Modificativa de Redação (Art. 164, II e §2º do Regimento Interno):**

Retifique-se a numeração dos incisos V a VIII do §2º, do art. 1º da proposição, que passarão a constar como incisos IV, V, VI e VII:

*IV – licenciado para concorrer a cargo eletivo;*

*V – licenciado para exercício de mandato eletivo;*

*VI – licenciado para acompanhar cônjuge servidor público que servir em outro ponto do Estado, do território nacional ou no estrangeiro;*

*VII – exonerado, demitido, aposentado ou falecido.*

**2. Emenda Aditiva (Art. 164, I, do Regimento Interno):**

Acresça-se o §3º ao art. 1º da proposição, que contará com a seguinte redação:

*§3º Enquanto não estruturados os departamentos jurídicos dos entes da Administração Indireta Municipal, os advogados públicos e procuradores do município que atuarem precariamente na defesa de seus interesses farão jus ao recebimento dos honorários sucumbenciais correspondentes.*

**3. Emenda Modificativa de Redação (Art. 164, II e §2º do Regimento Interno):**

Altere-se a redação do §1º do art. 2º da proposição, que passará a constar da seguinte forma:



CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU  
ESTADO DO PARANÁ

RUA BERNARDINO BOGO, 100 - CONDOMÍNIO GALERIA ITÁLIA CEP 87160-000  
FONE (44) 3245-1545 CNPJ 77.643.443/0001-25

[www.cmmandaguacu.pr.gov.br](http://www.cmmandaguacu.pr.gov.br)

[contato@cmmandaguacu.pr.gov.br](mailto:contato@cmmandaguacu.pr.gov.br)

*§1º O disposto no caput é aplicável a todas as ações atualmente em trâmite, incluídas aquelas temporariamente suspensas.*

**4. Emenda Modificativa de Redação (Art. 164, II e §2º do Regimento Interno):**

Altere-se a redação do §2º do art. 2º da proposição, subdividindo-o em §3º e retificando a numeração do parágrafo subsequente, passando a constar da seguinte forma:

*§2º Os valores recebidos pelos beneficiários em decorrência desta lei serão considerados verbas variáveis de despesas com pessoal, devendo utilizar para empenho o elemento de despesa e desdobramento indicados pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.*

*§3º Os valores recebidos a título de honorários sucumbenciais não serão incorporados para quaisquer fins, nem considerados para pagamento de férias acrescidas do terço constitucional, décimo terceiro (13º) salário, licença prêmio ou demais integrações salariais.*

*§4º Os honorários de sucumbência não integrarão a base de cálculo da contribuição previdenciária, porém, comporão da base de cálculo para efeitos de incidência do imposto de renda.*

Isto posto, **VOTO** pela tramitação normal do projeto, e no mérito, por sua aprovação, com as emendas ofertadas.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU  
ESTADO DO PARANÁ**

RUA BERNARDINO BOGO, 100 - CONDOMÍNIO GALERIA ITÁLIA CEP 87160-000  
FONE (44) 3245-1545 CNPJ 77.643.443/0001-25  
[www.cmmandaguacu.pr.gov.br](http://www.cmmandaguacu.pr.gov.br) [contato@cmmandaguacu.pr.gov.br](mailto:contato@cmmandaguacu.pr.gov.br)

**III. Decisão da Comissão**

Os demais membros integrantes da Comissão votam com a relatora pelo trâmite e aprovação da proposição, mediante as emendas apresentadas e que seguem apartadas a este Parecer.

**IV. Parecer Final**

Diante do exposto, a Comissão de Constituição, Legislação e Redação manifesta-se pela apreciação do Projeto de Lei nº 014/2022, incluídas as emendas, que seguem apartadas a este Parecer.

**Mandaguáçu, 13 de abril de 2022.**

  
\_\_\_\_\_  
**Karina de Fátima Grossi**  
Relatora

  
\_\_\_\_\_  
**João Ramos Costa**  
Membro

\_\_\_\_\_  
**Morandir Marassi**  
Presidente



**CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU  
ESTADO DO PARANÁ**

RUA BERNARDINO BOGO, 100 - CONDOMÍNIO GALERIA ITÁLIA CEP 87160-000  
FONE (44) 3245-1545 CNPJ 77.643.443/0001-25

[www.cmmandaguacu.pr.gov.br](http://www.cmmandaguacu.pr.gov.br)

[contato@cmmandaguacu.pr.gov.br](mailto:contato@cmmandaguacu.pr.gov.br)

**EMENDA Nº 01 AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº  
014/2022  
(MODIFICATIVA DE REDAÇÃO)**

Retifique-se a numeração dos incisos V a VIII do §2º, do art.  
1º da proposição, que passarão a constar como incisos IV, V, VI e VII:

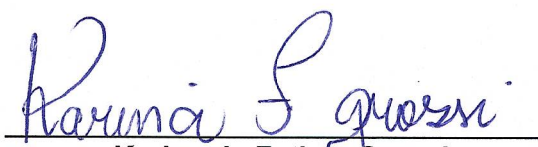
*IV – licenciado para concorrer a cargo eletivo;*

*V – licenciado para exercício de mandato eletivo;*

*VI – licenciado para acompanhar cônjuge servidor público que  
servir em outro ponto do Estado, do território nacional ou no  
estrangeiro;*

*VII – exonerado, demitido, aposentado ou falecido.*

**Mandaguáçu, 13 de abril de 2022.**

  
Karina de Fatima Grossi  
Relatora

**Morandir Marassi**  
Presidente da Comissão

  
João Ramos Costa  
Membro





**CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU  
ESTADO DO PARANÁ**

RUA BERNARDINO BOGO, 100 - CONDOMÍNIO GALERIA ITÁLIA CEP 87160-000  
FONE (44) 3245-1545 CNPJ 77.643.443/0001-25

[www.cmmandaguacu.pr.gov.br](http://www.cmmandaguacu.pr.gov.br)


[contato@cmmandaguacu.pr.gov.br](mailto:contato@cmmandaguacu.pr.gov.br)

**EMENDA Nº 02 AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº  
014/2022  
(ADITIVA)**

Acresça-se o §3º ao art. 1º da proposição, que contará com a seguinte redação:

*§3º Enquanto não estruturados os departamentos jurídicos dos entes da Administração Indireta Municipal, os advogados públicos e procuradores do município que atuarem precariamente na defesa de seus interesses farão jus ao recebimento dos honorários sucumbenciais correspondentes.*

**Mandaguáçu, 13 de abril de 2022.**

  
**Karina de Fatima Grossi**  
Relatora

**Morandir Marassi**  
Presidente da Comissão

  
**João Ramos Costa**  
Membro





**CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU  
ESTADO DO PARANÁ**

RUA BERNARDINO BOGO, 100 - CONDOMÍNIO GALERIA ITÁLIA CEP 87160-000  
FONE (44) 3245-1545 CNPJ 77.643.443/0001-25

[www.cmmandaguacu.pr.gov.br](http://www.cmmandaguacu.pr.gov.br)

[contato@cmmandaguacu.pr.gov.br](mailto:contato@cmmandaguacu.pr.gov.br)

**EMENDA Nº 03 AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº  
014/2022  
(MODIFICATIVA DE REDAÇÃO)**

Altere-se a redação do §1º do art. 2º da proposição, que  
passará a constar da seguinte forma:

*§1º O disposto no caput é aplicável a todas as ações  
atualmente em trâmite, incluídas aquelas temporariamente  
suspensas.*

**Mandaguáçu, 13 de abril de 2022.**

  
\_\_\_\_\_  
**Karina de Fatima Grossi**  
Relatora

\_\_\_\_\_  
**Morandir Marassi**  
Presidente da Comissão

  
\_\_\_\_\_  
**João Ramos Costa**  
Membro



**CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU  
ESTADO DO PARANÁ**

RUA BERNARDINO BOGO, 100 - CONDOMÍNIO GALERIA ITÁLIA CEP 87160-000  
FONE (44) 3245-1545 CNPJ 77.643.443/0001-25

[www.cmmandaguacu.pr.gov.br](http://www.cmmandaguacu.pr.gov.br)

[contato@cmmandaguacu.pr.gov.br](mailto:contato@cmmandaguacu.pr.gov.br)

**EMENDA Nº 04 AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº  
014/2022  
(MODIFICATIVA DE REDAÇÃO)**

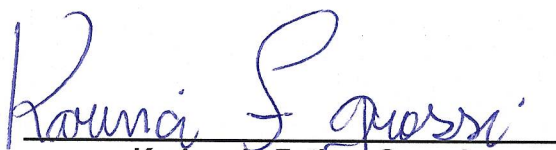
Altere-se a redação do §2º do art. 2º da proposição, subdividindo-o em §3º e retificando a numeração do parágrafo subsequente, passando a constar da seguinte forma:

*§2º Os valores recebidos pelos beneficiários em decorrência desta lei serão considerados verbas variáveis de despesas com pessoal, devendo utilizar para empenho o elemento de despesa e desdobramento indicados pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.*

*§3º Os valores recebidos a título de honorários sucumbenciais não serão incorporados para quaisquer fins, nem considerados para pagamento de férias acrescidas do terço constitucional, décimo terceiro (13º) salário, licença prêmio ou demais integrações salariais.*

*§4º Os honorários de sucumbência não integrarão a base de cálculo da contribuição previdenciária, porém, comporão da base de cálculo para efeitos de incidência do imposto de renda.*

**Mandaguáçu, 13 de abril de 2022.**

  
**Karina de Fatima Grossi**  
Relatora



CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU  
ESTADO DO PARANÁ

RUA BERNARDINO BOGO, 100 - CONDOMÍNIO GALERIA ITÁLIA CEP 87160-000  
FONE (44) 3245-1545 CNPJ 77.643.443/0001-25

[www.cmmandaguacu.pr.gov.br](http://www.cmmandaguacu.pr.gov.br)

[contato@cmmandaguacu.pr.gov.br](mailto:contato@cmmandaguacu.pr.gov.br)

**Morandir Marassi**  
Presidente da Comissão

**João Ramos Costa**  
Membro

APROVADO EM Reunião de 04 de Maio

VOTAÇÃO POR unanimidade

Em 25 de 04 de 07

\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE